

ACM adia projeto para saúde

Senador decide barrar tramitação da emenda que vincula parte dos recursos do orçamento para o setor

Das agências Folha e Estado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), vai dificultar a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula recursos dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios para a área da saúde. O senador disse que a votação em plenário não vai ocorrer no prazo mínimo permitido pelo regimento, 7 de junho, como havia sido combinado entre os líderes dos partidos da oposição e do governo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na última quarta-feira.

“No prazo mínimo, não será. Os líderes podem fazer acordos. Mas a prerrogativa de marcar a data é do presidente do Senado. E não abro mão dela. Quem quiser conversar, que venha até mim”, afirmou. Antonio Carlos, que é contra a vinculação orçamentária para a saúde, não escondeu a irritação com o acordo fechado entre os líderes na CCJ, sem consultá-lo. “Como foi acordado para o dia 7, a votação não será nessa data. Quem manda sou eu”, disse o senador.

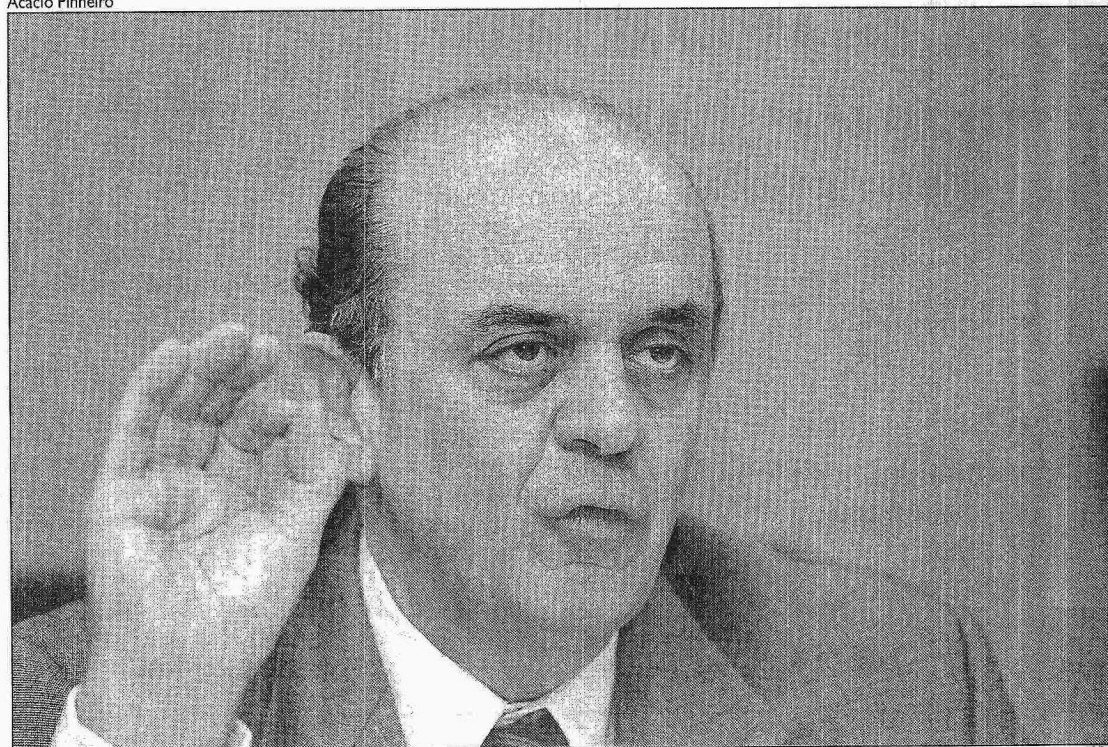
O maior interessado na aprovação da PEC é o ministro da Saúde, o tucano José Serra, com quem o pefelista diverge politicamente. “Sou contra a vinculação. Mas isso não quer dizer que não será aprovada”, disse Antonio Carlos. Segundo o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), a previsão é de que a proposta acarrete aumento do investimento em saúde na ordem de R\$ 5 bilhões, somente no primeiro ano de vigên-

cia. O presidente da CCJ, José Agripino (PFL-RN), enviou ontem ofício aos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e Serra, além de governadores e prefeitos, convidando-os para audiência pública sobre a PEC no próximo dia 30. Malan é contra vinculação.

A PEC estabelece que estados e municípios têm de investir no setor de saúde um patamar inicial de 7% da sua arrecadação. Esse índice será elevado progressivamente em cinco anos, sendo que, ao final do período, os estados têm de investir 12% e os municípios, 15%. Para os municípios, o impacto inicial será quase nulo, porque investem no setor, atualmente, em média 9% do seu orçamento, segundo o Conasems.

Os estados serão os mais prejudicados, porque investem hoje, em média, apenas 4% de sua receita na área de saúde. Por isso, governadores de todos os partidos são contra a proposta. O cearense Tasso Jereissati (PSDB) e o baiano César Borges (PFL) são os que mais articulam contra. Com relação à União, a PEC estabelece um aumento inicial na aplicação de recursos à

Acácio Pinheiro



Serra defende a aprovação da emenda: previsão é de que investimento na saúde tenha acréscimo de R\$ 5 bi

saúde de 5% a mais do investimento feito em 1999 e uma elevação anual dessa cota segundo a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). A proposta é de autoria dos deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e Carlos Mosconi (PSDB-MG). Ela tramita no Congresso há cerca de sete anos.

A PEC foi tratada ontem em dois jantares. Um deles foi no Palácio do Jaburu, onde a cúpula do PFL se reuniu com Malan.

Nesse encontro, o ministro alertou que a proposta não pode ser aprovada sem haver salvaguardas no texto para evitar que governadores recorram à União em busca de recursos para repassar à saúde. Segundo políticos do PFL que participaram do encontro, o ministro deixou claro que o governo tentará, por meio de emenda, alterar o texto no Senado, em razão da preocupação manifestada por Malan.

Em outro jantar, realizado na residência do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, dirigentes do PMDB discutiram o assunto com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo um dos participantes, o presidente não quis aprofundar as observações a respeito, alegando que não poderia tomar uma posição, uma vez que a equipe econômica e o Ministério da Saúde divergem nessa questão.